

# Canindé

Revista do Museu de Arqueologia de Xingó

# Canindé

Revista do Museu de Arqueologia de Xingó

Nº 5

2005



# MAX

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PETROBRAS

CHESF

## **EDITORIAL**

O Museu de Arqueologia de Xingó, continuando a desempenhar seu papel de estimulador e de difusor da cultura arqueológica em sua região e no país, lança o segundo número de sua revista CANINDÉ.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

# Canindé

Revista do Museu de Arqueologia de Xingó

## EDITOR

José Alexandre Felizola Diniz

MAX, Universidade Federal de Sergipe

## COMISSÃO EDITORIAL

Albérico Queiroz	UNICAP
Ana Lúcia Nascimento	UFRPe
André Prous	UFMG
Aracy Losano Fontes	UFS
Beatriz Góes Dantas	UFS
Cláudia Alves Oliveira	UFPe
Emílio Fogaça	UCG
Gilson Rodolfo Martins	UFMS
José Alexandre F. Diniz Filho	UFG
José Luiz de Moraes	MAE/USP
Josefa Eliane de S. Pinto	UFS
Márcia Angelina Alves de Souza	MAE/UDP
Maria Cristina de O. Bruno	MAE/USP
Marisa Coutinho Afonso	MAE/USP
Pedro Augusto Mentz Ribeiro	LEPAN/FURG
Pedro Ignácio Schmitz	IAP/RS
Sheila Mendonça de Souza	FIOCRUZ
Suely Luna	UFRPe
Tânia Andrade Lima	M.N/UF RJ

Pede-se permuta  
Ou demande l'échange  
We ask for exchange  
Pede-se canje  
Si richiede lo scambo  
Mann bitted um austausch

Home Page: [www.museuxingo.com.br](http://www.museuxingo.com.br)

E-mail: [paxingo@se.ufs.br](mailto:paxingo@se.ufs.br)

A revisão de linguagem, as opiniões e os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade dos respectivos autores.

## SUMÁRIO

Editorial ..... 5

### ARTIGOS

OS RITUAIS FUNERÁRIOS DOS CEMITÉRIOS. D E C –  
SÍTIO JUSTINO, CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO, ÁREA  
ARQUEOLÓGICA DE XINGÓ, SERGIPE ..... 11  
Vergne, Cleonice

HUNTER-GATHERER ARCHAEOLOGY INSOUTH AMERICA. ... 51  
Vivian Scheinsohn

REGISTROS RUPESTRES: CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS  
E APROPRIAÇÃO DE ESPAÇO NA PRÉ-HISTÓRIA ..... 83  
Daniel de Castro Bezerra  
Gilson Rodolfo Martins

BREVE REFLEXÃO ACERCA DA IDENTIDADE CULTURAL: A  
QUESTÃO PATRIMONIAL NO BRASIL E EM SERGIPE .....147  
Fábio Silva Souza

RECORRÊNCIAS E MUDANÇAS NO SISTEMA TECNOLÓGICO  
DO SÍTIO REZENDE, MÉDIO VALE DO PARANAÍBA, MINAS  
GERAIS – ESTUDO DE VARIABILIDADE ESTILÍSTICA NOS  
HORIZONTES LÍTICOS DOS CAÇADORES-COLETORES E  
AGRICULTORES CERAMISTAS ..... 163  
Marcelo Fagundes

SÍTIO DE ÁGUA LIMPA, MONTE ALTO, SÃO PAULO:  
ESTRUTURAS FUNERÁRIAS E AVALIAÇÃO RADIOLÓGICA  
DE OSSOS HUMANOS ..... 207  
Márcia Angelina Alves  
Antônio Gelis Filho  
Leandro Pellarin

**INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES.....233**

# **ARTIGOS**

# **BREVE REFLEXÃO ACERCA DA IDENTIDADE CULTURAL: A questão patrimonial no Brasil e em Sergipe<sup>1</sup>.**

FÁBIO SILVA SOUZA<sup>2</sup>

## **ABSTRACT:**

In commemoration to the Brazil Independence scenery, was accomplished in 1922 Modern Art Week, in São Paulo. Discussion occurred in that decade marked a stretch that characterized the institution returned to the brazilian patrimony. In search of a culture “national authentically” were, then, developed ethnographic and literary researches, valorizing Portuguese and colonial inheritance. In Sergipe, patrimony question, seems to represent a preoccupation almost simultaneous the creation of SPHAN. However, in July, 1938 was done a law decree in which changed São Cristóvão town in *monument town* of Sergipe State. In December 28, 1976 is sanctioned law 2026, that “dispose about Art and Historical Patrimony of Sergipe and give it others providences”.

**Palavras-chave:** Modernismo; SPHAN; identidade; patrimônio.

---

<sup>1</sup> Este artigo compreende parte do segundo capítulo da dissertação de mestrado intitulada “Arqueologia do cotidiano: um flâneur em São Cristóvão”, orientada pelo Prof. Dr. Rogério Proença de Souza Leite e defendida em 07 de julho de 2004.

<sup>2</sup> Cientista social (Bacharel e Licenciado), Mestre em geografia (NPGeo - UFS) com área de concentração em ocupação territorial: estudos arqueológicos. Professor de: Antropologia (DCS - UFS); Antropologia Cultural (Seminário Maior Nossa Senhora da Conceição). Pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais (LabeURC - UFS) - fabiosilvasouza@ig.com.br

## **1 – PREÂMBULO.**

Durante os séculos XVIII e início de XIX, o Brasil passou por profundas transformações, econômicas, político-sociais, proporcionadas pela descoberta do ouro, na região sudeste. Esse movimento, parece ter implicado não só novos sentidos, nos atores sociais, como também novos usos, hábitos etc. Como conseqüência, sob uma égide modernista, surgiram novas cidades, com características distintas das antigas cidades coloniais.

A descoberta do ouro, durante o século XVIII, foi responsável pelo deslocamento de parte significativa do pólo econômico e cultural da colônia, para a região sudeste. Ainda, como conseqüência desse surto de desenvolvimento, a cidade do Rio de Janeiro foi elevada à condição de capital do Brasil, em 1763. O início do século XIX, mais especificamente em 1808, ficou marcado por um fato bastante significativo na colônia; a chegada da Corte portuguesa ao Brasil. Esse acontecimento implicou não apenas em um grande surto de desenvolvimento na cidade do Rio de Janeiro, assim como a criação de lugares de memória, a exemplo da Biblioteca Nacional e o Museu Nacional, que vieram reforçar o instrumental da constituição da nacionalidade brasileira após a independência. Mais adiante, em 1838, foram criados o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Nacional, responsável respectivamente pela criação da história e manutenção da memória histórica nacional.

Essa atitude parece ter preocupado um grupo de intelectuais no Brasil, que perceberam o risco que essas cidades “antigas” estavam correndo, fadadas a total descaracterização em nome da modernidade, racional, secular.

A prática da destruição de antigos espaços, monumentos e obras, pareciam configurar um caminho sem retorno. Surge, então, somente no início do século XX, a necessidade de um projeto específico, que viesse fazer frente a esse processo, que vislumbrasse, de algum modo, a necessidade de preservação desses, através de instituições e políticas públicas. Enfim, nasce o SPHAN.

### **1.1 O IPHAN<sup>3</sup> e a Trajetória na Construção de uma Identidade.**

Embora houvessem os ditos lugares de memória, a preocupação de modo mais específico com o patrimônio histórico e arquitetônico só veio acontecer, de fato, no século XX, iniciando-se na década de 1910 (FONSECA, 1997; RODRIGUES, 2000). Se por um lado esse momento compreendido entre as décadas de 1910 e 20, ficou marcado por uma crise política e de identidade no Brasil, por outro, autores como Fonseca (1997), Rodrigues (2000) chamam a atenção para a expressiva presença de imigrantes freqüentando escolas, sobretudo no sul, onde eram ensinadas suas línguas natais, fato esse que sugere um entusiasmo da educação. Houve ainda, nesse período um forte crescimento de idéias voltadas para o nacionalismo, que vieram caracterizar o ano de 1915 e, manifestada através de diversas publicações, assim como por meio da Liga Nacionalista, fundada em 1916, contando com estudantes da Faculdade de Direito e vários professores de diversas faculdades paulistas, advogados, engenheiros (RODRIGUES, 2000). Um dos pontos-chave desse projeto era a ampliação das cidades voltada para a “febre do cosmopolitismo, característico desse “movimento”, que implicava em negar hábitos rurais tradicionalmente arraigados e a transformação dos espaços urbanos” (RODRIGUES, 2000, p. 17-8). Por fim, houve ainda, a valorização da arte sacra colonial no mercado internacional, fato que provavelmente veio incentivar a pilhagem e a pirataria.

Nesse momento, surge a necessidade de preservar aquilo que ainda restava de representação do passado. A estratégia então adotada foi então proteção de bens culturais, sobretudo as artes barrocas, assentado em um projeto que inicialmente teve por objetivo moldar o povo para uma modernidade. No entanto, contraditoriamente, o próprio povo encontrava-se excluído dessa, só havendo aberturas de inclusão para as elites políticas e intelectuais (FONSECA, 1997; RODRIGUES, 2000). Enfim, o neocolonialismo encontrou um forte aliado na história em sua tentativa de compor uma identidade nacional. Esse grupo de modernistas buscou, de fato, extrapolar o campo restrito da literatura e das artes, definindo limites entre a criação literária e a militância política, enfim, repensando a função social da arte. O “Modelo Progressista”

---

3 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

fundamentado no rompimento com o passado, parece introduzir não apenas o caráter inovador, mas muitas vezes destrutivos, fomentando novos produtos a serem consumidos. Esse modelo, do qual Le Corbusier fez parte, parece ter produzido um estilo arquitetônico no Brasil, o ecletismo, que em linhas gerais “não implicou reconhecimento da tradição anterior, mas foi um repúdio aos vestígios coloniais” (FABRIS *apud* RODRIGUES, 2000, p. 18).

Surge então uma outra proposta, o estilo neocolonial. Ele é resultado da preocupação de uma pequena elite modernista na busca de elementos que, de fato, possibilitassem a construção de uma identidade nacional. Esse grupo elege um estilo com características arquitetônicas genuinamente brasileiras, ao que parece, mais próximos do “Modelo Culturalista” e de sua ampla preocupação em recorrer à história como fundamento de elaboração do seu modelo.

A década de 20 simbolizou um período bastante emblemático na história do Brasil, e o ano de 22, mais especificamente, ficou marcado pelas comemorações do centenário da Independência. A preocupação em valorizar o que era de fato brasileiro passa a ser não apenas sistematizado através da produção de intelectuais modernistas, ela parte de fato para o pragmatismo encontrado na “favorável valorização dos museus históricos brasileiros” (RODRIGUES, 2000, p. 22). A valorização do patrimônio sugere uma atuação pedagógica e uma potencialidade moral, constituindo, assim, elementos formadores da *nação*.

No Brasil, a exemplo de outras nações, as políticas de preservação do patrimônio histórico sempre estiveram relacionadas à consolidação de uma imagem política e cultural de *nação*. Desde a sua fundação, em pleno Estado Novo em 1937, o IPHAN tem desempenhado um certo papel “civilizador” de uma idéia de brasilidade, tão cara à história do pensamento social do Brasil. (LEITE, 2001, p. 13).

Os debates ocorridos durante a Semana de Arte Moderna de 1922 marcam o início do longo trajeto percorrido pelas instituições voltadas para o patrimônio brasileiro. Fortemente influenciados pelas teorias europeias de salvaguarda, esses debates adotaram uma postura em favor da preservação de sítios urbanos. Esse fato se deu não só pela sua relevância, como também pelo seu valor simbólico e pela sua representatividade históricos junto aos habitantes e cidadãos desses locais. Durante

esse período Mário de Andrade desenvolveu pesquisas etnográficas e literárias. O arquiteto Lúcio Costa, que também havia participado do movimento neocolonial, volta-se para a busca da valorização da herança portuguesa e colonial para a composição de uma arquitetura “autenticamente nacional”. As idéias desses intelectuais ganham maior representatividade institucional no final da década de 20 a partir de projetos de lei que propuseram a criação de órgãos de proteção ao patrimônio, apresentados ao legislativo federal e pela criação, na Bahia, em 1927, e em Pernambuco, em 1928, de Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais, cuja atuação se limitou ao inventário de bens locais (SIMÃO, 2001; SOUTELO<sup>4</sup>, 2004). Enfim, todos esses esforços realizados, em especial, pelo grupo de intelectuais modernistas, no sentido de conhecer, compreender e recriar o Brasil, veio a constituir os alicerces nos quais estão assentadas e foram desenvolvidas as idéias de proteção ao patrimônio.

A atuação desse grupo de modernista passou a contar com o respaldo institucional-legal a partir de 12 de julho de 1933, quando o então chefe do governo provisório federal, Getúlio Vargas, demonstrando conhecer o potencial simbólico dos bens culturais, seu caráter cívico e mnemônico, assinou o Decreto n. 22.928, declarando Ouro Preto como “monumento nacional”, instituindo, assim, o primeiro monumento histórico oficial (RODRIGUES, 2000). Na justificativa, considerou-se não apenas o fato de Ouro Preto ter sido a antiga capital de Minas Gerais, com a também por ter sido esse um “teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação de nossa nacionalidade e de possuir velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d’arte, que merecem defesa e conservação” (MEC/SPHAN/FNPM, 1980, p. 89 *apud* SIMÃO, 2001, p. 31-2).

Em 1934, foi criada a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, norteadada por uma perspectiva tradicionalista e patriótica. O Estado veio adentrar na questão patrimonial no ano de 1936 a partir de um anteprojeto elaborado por Mário de Andrade – atendendo um pedido de Gustavo de Capanema, então Ministro da Educação durante os anos de 1934 a 1945 – voltado para a criação de um instituto preservacionista e das diretrizes

---

4 Dr. Luiz Fernando Ribeiro Soutelo. Entrevista concedida ao autor, na cidade de Aracaju, em 30 de janeiro de 2004.

para a proteção do patrimônio artístico nacional. A Inspetoria dos Monumentos Nacionais teve atuação restrita e foi desativada em 1937, em consequência da criação do SPHAN.

O primeiro órgão federal dedicado à preservação, SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), foi então criado no dia 30 de novembro de 1937, através de Decreto-lei n. 25, fundamentado em um anteprojeto de Mário de Andrade. Logo no seu artigo 1º, o patrimônio histórico artístico nacional é definido como “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação aos fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”<sup>5</sup>.

As recomendações da Carta de Atenas<sup>6</sup>, documento internacional datado de 1931 através do qual se privilegiou a proteção de monumentos de valor excepcional, parece ter exercido influência primordial na atuação do SPHAN, em especial na sua preocupação para com as obras do Barroco, nesse momento considerado a essência da brasilidade, assim como para a produção material dos colonizadores, como antigos fortes, engenhos e igrejas (FONSECA, 1997; RODRIGUES, 2000).

A preocupação inicial em preservar o patrimônio, durante esse período, esteve intrinsecamente “relacionada à perpetuidade dos objetos sagrados, essenciais à comunidade” (RODRIGUES, 2000, p. 26), por esse motivo a atenção do órgão federal voltou-se, principalmente, para a proteção de monumentos arquitetônicos, religiosos e civis, do período colonial. A crítica que se faz é a de que,

embora o anteprojeto do SPHAN, elaborado por Mário de Andrade em 1936, contemplates uma definição abrangente de “obras de arte

---

5 Disponível em < <http://www.iphan.gov.br/legislac/decretolei25.htm> > acessado no dia 28 de out de 2001.

6 O 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), ocorrido na capital da Grécia em outubro de 1931, resultou em um documento denominado “Carta de Atenas”. Nesse encontro marcado pelo advento da moderna arquitetura e a redefinição do perfil desse profissional, procurou-se atender aos princípios de salubridade e de justiça social, ficou, então, recomendado a “substituição de antigos conjuntos arquitetônicos e bairros por espaços planejados de tráfego, lazer e moradia”.

Disponível em < <http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/atenas-31.htm> > acessado no dia 28 de out de 2001.

patrimonial”, a política de preservação do SPHAN (atualmente IPHAN) se inclinou predominantemente para a reestruturação arquitetônica, de cunho fachadista, de bens imóveis de pedra e cal, cujos monumentos expressariam uma versão oficial do patrimônio, compreendendo um conjunto normalmente relacionado à etnia branca [...]. (LEITE, 2001, p. 17).

De fato, parece haver uma relação muito próxima entre um determinado grupo de intelectuais e o Estado durante o Estado Novo. Se, por um lado, os intelectuais atuavam como organizadores da cultura, e se propunham as funções de mediadores entre o Estado e a sociedade, a cultura e o povo, por outro, o SPHAN gozou uma determinada autonomia durante o período getulista interpretada, de certo modo, como um sinal do pouco interesse político que o serviço tinha para o governo federal (RODRIGUES, 2000). Havia, ainda, o interesse na formação de uma imagem de harmonia e de consonância de interesses entre o governo e os intelectuais, de extrema importância através da qual procurou-se evidenciar a percepção que o governo autoritário tinha na vantagem de acolher os intelectuais modernistas. Enfim, o SPHAN atuou como um órgão fundamental durante o período getulista, vindo contribuir de forma decisiva para ratificar uma imagem de coesão social em torno de um projeto nacional. Ele foi, de fato, segundo Fonseca (1997) e Rodrigues (2000), os braços do ministério de Capanema.

Para Rubino (2003), a postura política adotada por essa instituição, dirigida por Rodrigo Mello Franco de Andrade, teve forte influência de Gilberto Freyre, sobretudo a partir de sua aproximação com Lúcio Costa e, posteriormente, com as demais personalidades e intelectualidades do SPHAN, em uma orientação rumo ao abasileiramento através da estima da arquitetura colonial, sobretudo do século XVIII.

Nessa missão, Rodrigo contou com a colaboração de outros brasileiros ilustres, como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade. Intelectual e homem de ação, Rodrigo concentrou seus esforços na proteção dos bens patrimoniais do país, redigindo uma legislação específica, preparando técnicos, realizando tombamentos, restaurações e revitalizações, que asseguraram a permanência da maior parte do acervo arquitetônico e urbanístico brasileiro, bem como do acervo

documental e etnográfico, das obras de arte integradas e dos bens móveis.<sup>7</sup>

Na busca da construção de uma brasilidade, foi primordial a estima à arquitetura colonial, sobretudo do século XVIII, “contudo, não é uma chave que evidencie a vinculação entre a arquitetura colonial e a moderna; tampouco nos auxilia a interpretar a intervenção moderna no espaço urbano” (RUBINO, 2003, p. 272). Ela vem de uma perspectiva na qual a casa grande e a senzala representavam quase um fenômeno social total. Portanto, não era apenas uma questão de estilo, a casa colonial (reunindo a casa grande e a senzala) fundava-se em uma relação complementar no qual se englobava todo um sistema econômico, social, político (RUBINO, 2003).

## **1.2 A Questão Patrimonial em Sergipe**

A preocupação com a cultura e o patrimônio cultural em Sergipe, segundo Soutelo (2004), representa uma experiência quase que simultânea com a criação do SPHAN. A instituição federal surgiu em 1937 e em julho de 38 foi baixado um decreto-lei no qual transformava a cidade de São Cristóvão em cidade-monumento do Estado de Sergipe.

A própria lei, o próprio decreto, ele já estabelece que seria constituída uma comissão para deferir qual seria o sítio histórico mais antigo de São Cristóvão, ou seja, tentar traçar qual seria o contorno do centro histórico de São Cristóvão, o centro original. Que chegou a nomear, se não me engano, uma comissão Manuel de Carvalho Barroso, que era Secretário de Justiça Interior, Oto Altenesh, que é um construtor alguns dizem austríaco outros dizem alemão, e o professor José Calazans Brandão da Silva. Parece-me que essa comissão [...] nunca terminou de fazer este levantamento que era proposto. (SOUTELO, 2004).

---

<sup>7</sup> Disponível em: < <http://www.iphan.gov.br/iphan/iphan.htm> > acessado em: 28 de out de 2001.

Nesse momento, o patrimônio volta sua atenção para preservação dos monumentos de pedra e cal. Essa característica passa, então, a caracterizar a década de 60. Já no ano de 1959, o então Governador Luiz Garcia cria o Museu de Sergipe, hoje Museu Histórico de Sergipe, localizado no antigo palácio provincial, na cidade de São Cristóvão. No ano de 1967, ocorreu a transcrição do tombamento estadual da cidade de São Cristóvão nos livros do IPHAN, durante o governo de Lourival Baptista. O seu tombamento federal, no entanto, só irá ocorrer em 1986. Outro fato bastante significativo ocorrido no ano de 1967, foi o surgimento do Conselho Estadual de Cultura, um órgão consultivo, normativo e deliberativo da Secretaria da Cultura. Esse órgão é responsável, a nível estadual, pelos estudos de processos de tombamentos “quer sejam originados na Secretaria, quer sejam originados por particulares ou pelo próprio Conselho, por um conselheiro qualquer” (SOUTELO, 2004). O Conselho é pela Câmara de Ciências e Patrimônio Histórico, esse é o órgão dentro do Conselho responsável por instruir os processos não só de tombamento como também de revogação de tombamentos. Todos esses processos passam obrigatoriamente pela Câmara de Ciências e Patrimônio Histórico antes de irem ao Plenário.

No plano nacional foi realizada no ano de 1970, na cidade de Brasília, uma reunião com os secretários de educação e cultura juntamente com especialistas no patrimônio, através da qual se estabelece a meta de que cada Estado faria uma legislação sobre o patrimônio e criaria um órgão para trabalhar na área. Em face deste compromisso, no dia 04 de abril de 1970, o então governador Lourival Baptista estabelece o Decreto-Lei nº 405. Surge, dessa forma, a primeira Lei sobre patrimônio histórico e artístico em Sergipe. Nesse momento, a Assembléia Legislativa encontrava-se fechada, por conta do regime militar, e o Decreto-Lei nº 405 cria o Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico e Artístico, “cuja implementação a rigor só vai ocorrer no governo de João de Andrade Garcez, com o complemento material do governo de Lourival, quando assume o Departamento a professora Beatriz Góis Dantas, que é quem começa a fazer os primeiros levantamentos sobre o patrimônio de Sergipe, dos bens móveis e imóveis” (SOUTELO, 2004). Ainda no ano de 1970, através de uma proposta do conselheiro José Augusto Garcez, o Conselho Estadual de Cultura aprova o tombamento de Laranjeiras como cidade monumento estadual, somente concretizado no decreto de 12 de março de 71, já no final do governo de João de Andrade Garcez.

Em 1972 vem a Sergipe, para proferir a aula inaugural da Universidade Federal, o então ministro Jarbas Passarinho.

Ele faz uma visita a Laranjeiras e São Cristóvão e, em Laranjeiras, pede ao governador Paulo Barreto que crie uma comissão para apresentar ao MEC um projeto de restauração de Laranjeiras. Este projeto, mais os projetos de outros Estados do Nordeste, vai fazer em 73 e 74 que o Governo Federal crie o Programa das Cidades Históricas do Nordeste com a sua utilização para fins turísticos. (SOUTELO, 2004).

O Programa de Cidades Históricas no Nordeste estabelecia que cada Estado deveria designar o órgão que coordenaria o programa a nível estadual. Em Sergipe, o governador Paulo Barreto, vai então designar a EMSETUR (Empresa Sergipana de Turismo S/A). “Enquanto existiu o Programa das Cidades Históricas a EMSETUR foi a responsável pelo programa” (SOUTELO, 2004). Portanto, o ano de 1972 ficou marcado pela criação da EMSETUR e do Festival de Arte de São Cristóvão. No ano seguinte (1973), é criado e instalado o Museu de Arte Sacra de Sergipe.

Entre os anos de 1973 e 74 ocorre a adesão de Sergipe ao Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com a sua utilização para fins turísticos. No plano nacional, a morte de Rodrigo de Mello Franco em 1969 encerra o período conhecido como pedra e cal. Inaugura-se nesse momento uma nova fase no conceito e nos debates patrimoniais, sobretudo porque este passa a ser visto como algo presente no cotidiano dos atores sociais. Em Sergipe, no ano de 1975, ocorre a extinção do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico e Artístico e a criação da assessoria de Assuntos Culturais da Secretaria da Educação e Cultura, e ainda a adesão de Sergipe ao Programa Nacional de Artesanato.

Em 1975, na passagem do governo Paulo Barreto para o governo de José Rollemberg Leite, Luiz Antônio assume a assessoria cultural da Secretaria de Educação e Cultura. É a partir daí, que ele trabalha em primeiro lugar a lei do patrimônio, trabalha a criação do Museu Afro-Brasileiro em Laranjeiras e a realização do encontro cultural de Laranjeiras voltado para os estudos da cultura popular. A lei surge nesse

momento, então, Luiz Antônio é o pai da lei, ele é quem redige a lei. Ela foi discutida com o doutor Carlos Brito que era o Consultor Geral do Estado e encaminhada à assembléia. Lembro que o deputado Antonio Carlos Valadares foi o relator na assembléia, e o deputado Eliziário Sobral apresentou algumas emendas ao projeto que foi encaminhado pelo governador. A partir daí, é que se institucionaliza pela lei a legislação de patrimônio em Sergipe. A partir de então os tombamentos passam a ser feitos e as ações a partir da lei. (SOUTELO, 2004).

O ano de 1976 é bastante significativo para a cultura sergipana. Marcada pelo I Encontro Cultural de Laranjeiras, essa data celebra também a criação do Museu Afro-Brasileiro de Sergipe, nessa mesma cidade. Em 28 de dezembro de 1976, o então governador do Estado, José Rollemberg Leite, sanciona a Lei nº 2.069, que “*dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe e dá outras providências*”. De fato, uma lei restrita basicamente ao monumento de pedra e cal, em todos os seus mecanismos. Na Lei, é nítida a influência do sentido tradicional da fase heróica do SPHAN.

#### CAPÍTULO I - Do Patrimônio Histórico e Artístico

Art. 1 - Ficam sob a proteção e vigilância do Poder Público Estadual, por intermédio da Secretaria da Educação e Cultura, os bens móveis e imóveis atuais ou futuros, existentes nos limites de seu território, cuja preservação seja de interesse público, desde que se enquadrem em um dos seguintes incisos:

I - Construções e obras de arte de notável qualidade estética ou particularmente representativas de determinada época ou estilo;

II - Edifícios, monumentos, documentos e objetos intimamente vinculados a fato memorável da História local ou a pessoa de excepcional notoriedade;

III - Monumentos naturais, sítios e paisagens, inclusive os agenciados pela indústria humana, que possuam especial atrativo ou sirvam de “habitat” a espécimes interessantes da flora e da fauna local;

IV - Bibliotecas e arquivos de acentuado valor cultural;

V - Sítios arqueológicos.

Lei nº 2.069<sup>8</sup> de 28 de dezembro de 1976

8 In: **Revista Sergipana de Cultura**, 1978.

Para Soutelo (2004), a Lei nº 2.069 embora esteja voltada para o patrimônio de pedra e cal, em todos os seus mecanismos, ela é fundamental para o Estado de Sergipe não só por possibilitar uma legislação própria, no sentido de proteger os seus bens patrimoniais, como também por direcionar as ações futuras.

De fato, a preocupação central da Lei nº 2.069 está no patrimônio de pedra e cal, no entanto, segundo Soutelo (2004) “quando Luiz Antônio passa a trabalhar a questão dos grupos folclóricos, do fazer folclórico no Encontro Cultural de Laranjeiras e a fazer publicações sobre a área, [...], ele está trabalhando a cultura imaterial”. É importante perceber que mesmo a partir de 1969, ou mais especificamente a partir da morte de Rodrigo de Mello, as questões com o patrimônio imaterial ficam apenas no plano discursivo. Conforme apontado por Fonseca (1997), o grupo hegemônico no SPHAN permanece com suas atenções voltadas para os monumentos de pedra e cal. A preocupação com o imaterial, no plano federal, só vai ser tomada quando Aloísio Magalhães chega à instituição em 1979.

Em Sergipe, durante o Governo de João Alves Filho (1990-1994), por meio de proposta da Fundação Estadual de Cultura, foi criada uma comissão pelo então Secretário Geral do Governo, doutor Dilson Meneses Barreto. O projeto foi terminado no final de 94, tramitou no Conselho de Cultura em 1995, e chegou na atual Secretaria de Governo em 96.

O resultado desse trabalho foi consolidado no Decreto n. 16.607, de 22 de julho de 1997, que regulamenta a Lei 2.069.

*A ‘exigência legal de prévia aprovação ou licença para execução e obras ou serviços, edifícios ou outros bens tombados’, e pela resolução nº. 001/97-CEC, de 05 de agosto de 1997 (homologada pelo decreto nº. 16.982, de 09 de dezembro de 1997), a qual ‘dispõe sobre a tramitação dos processos de tombamento’. (SOUTELO<sup>9</sup>, 2001).*

Na avaliação de Soutelo (2001), durante o I Fórum Estadual de Secretários Municipais de Cultura Aracaju, ocorrido em 06 de novembro de 2.001, esse projeto inova em alguns pontos quando:

**9 Os Serviços Públicos de Cultura:** a questão patrimonial. (2001). Texto não publicado. Palestra proferida pelo Doutor Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, então Diretor-Geral do Instituto do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura e do Turismo, durante o I Fórum Estadual de Secretários Municipais de Cultura em Aracaju. Sergipe, 06 de novembro de 2001.

- estabelece que, no caso de tombamento dos bens pertencentes aos municípios, depende o ato de prévia autorização da Assembléia Legislativa (art. 5º § 2º);
- determina a realização pelo órgão competente (a outrora Secretaria da Educação e Cultural, hoje Secretaria de Estado da Cultura e do Turismo), juntamente com a Fundação Aperipê de Sergipe e outras emissoras de rádio e televisão, *respeitada a legislação pertinente* à radiodifusão, bem como junto aos estabelecimentos de ensino, uma sistemática campanha educativa com vistas a criar, no seio da comunidade e juventude, uma consciência pública sobre o valor e o significado do patrimônio histórico, artístico, etnográfico e paisagístico do Estado e sobre as necessidades de sua preservação. (SOUTELO, 2001).

O projeto é inovador em muitos aspectos. Ao trabalhar a questão

do imaterial, a legislação inova em alguns pontos, por exemplo: não é só o tombamento ela diz que, cada caso, cada tipo de bem ou a especificidade de cada bem, determinará a legislação que deve ser observada. Então, por exemplo, se for o falar sergipano é registrar, gravar e registrar, você não pode tomar o falar. Ela avança, criando uma coisa que não é só o tombamento, chamada declaração de relevante interesse cultural – ao invés de tomar eu posso fazer essas declarações – ela inova em algumas questões quando estabelece que o Estado é obrigado a participar em até 25% do custo da restauração de monumentos de pedra e cal e esse percentual deve ser prefixado na lei de diretrizes orçamentárias a cada ano pelo governo. [...] O Estado pode apenas aconselhar, e aí se diz, por exemplo, na própria legislação que os próprios municípios poderão estabelecer incentivos, que hoje já estão ultrapassados em função de que, a legislação atual de reforma tributária proíbe a concessão de incentivos fiscais a partir de agora, aliás não é nem a reforma tributária, é a lei de responsabilidade fiscal. A lei está parada e nunca foi encaminhada à Assembléia, acredito inclusive que esse projeto já precise ser reavaliado para não ficar obsoleto já de sua própria origem. (SOUTELO, 2004).

Em Sergipe, a década de 70 ficou marcada ainda pela criação do

Sistema Estadual de Arquivos e pela criação do Museu do Homem Sergipano, somente instalado em 1996, ambos datados do ano de 1978. No ano seguinte, em 1979, ocorre I Encontro Cultural de Estância e, ainda, a criação da Fundação Estadual de Cultura. Já no ano de 1980, é instalado o Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No ano de 1989 ocorre a instalação da 13ª Diretoria Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, extinta no ano seguinte, em 1990. Quatro anos mais tarde, 1994, é criada a 8ª Coordenadoria Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

**REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO:**

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC - IPHAN, 1997.

\_\_\_\_\_. “Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla do patrimônio cultural”. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

LEITE, Rogério Proença Sousa. “Entre a nação e os lugares”. In: **TOMO: revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (UFS)**. São Cristóvão, 2001. nº 4.

\_\_\_\_\_. **Espaço Público e Política dos Lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo**. UNICAMP. 2001. Tese de doutorado não publicada.

\_\_\_\_\_. “Fora de portas: o sobrado e seus inimigos”. In: KOSMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Áreas. **Gilberto Freyre em quatro tempos**. Bauru, SP: EDUSC, 2003. (p. 249-66).

RODRIGUES, Marly. “Preservar e consumir: O patrimônio histórico e o turismo”. In: **Turismo e patrimônio cultural**. FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org.). São Paulo: Contexto 2001. Coleção Turismo Contexto. (p: 13-24).

\_\_\_\_\_. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo (1969-1987)**. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado: Condephaat: FAPESP, 2000.

RUBINO, Silvana. “Entre o CIAN e o SPHAN: diálogos entre Lúcio Costa e Gilberto Freyre”. In: KOSMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Áreas. **Gilberto Freyre em quatro tempos**. Bauru, SP: EDUSC, 2003. (p. 267-286).

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUTELO, Luiz Fernando. **Os Serviços Públicos de Cultura: a questão patrimonial**. Palestra proferida durante o I Fórum Estadual de Secretários Municipais de Cultura em Aracaju. Sergipe, 06 de novembro de 2001. Texto não publicado.

Entrevista concedida ao autor pelo professor Luiz Fernando Soutelo. Aracaju – SE, em 30 de janeiro de 2004.